

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do
relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, Grupo Invepar e Grupo OAS, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Procedimento arbitral

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, que inclui informações referentes ao recebimento pela Companhia, em 25 de agosto de 2017, de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral encaminhada pelo Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), tendo como Requerentes a Construtora Norberto Odebrecht S.A. e Construtora OAS S.A. (em recuperação judicial), a fim de dirimir conflito originado do contrato de execução de obras civis do complexo viário e logístico de Suape – *Expressway*, firmado pelas partes em 29 de julho de 2011. Seguindo o Regulamento da CAM-CCBC, em 11 de setembro de 2017 a Companhia apresentou resposta ao pedido de instauração de procedimento arbitral acima referido. No momento, os assessores legais da Companhia não têm condições de realizar uma avaliação da probabilidade de êxito dos pedidos das requerentes, procedimento este, que somente poderá ser efetuado, caso seja realmente instituída a arbitragem e somente com as evidências apresentadas pelo requerente durante o curso do processo de arbitragem. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2018



Edinilson Attizani

CT CRC 1SP 293.919/O-7 "S" PE

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP 025.583/O-1

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e

31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	14.769	16.991
Contas vinculadas	7	5.082	4.935
Contas a receber	8	1.550	1.590
Tributos a recuperar	-	1.227	796
Outros ativos	-	1.152	984
		<u>23.780</u>	<u>25.296</u>
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18 (a)	4.832	6.866
Outros ativos	-	<u>35</u>	
Imobilizado	-	73	81
Intangível	9	<u>247.770</u>	<u>252.343</u>
		<u>252.710</u>	<u>259.290</u>
Total do ativo		<u>276.490</u>	<u>284.586</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e

31 de dezembro de 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	2017	2016
Passivo circulante			
Fornecedores	10	3.316	1.535
Empréstimos e financiamentos	11	8.586	8.050
Tributos a recolher	-	626	513
Obrigações sociais e trabalhistas	-	789	795
Provisão para manutenção e conserva	13	1.536	
Outros passivos	-	45	327
		<u>14.898</u>	<u>11.220</u>
Passivo não circulante			
Mútuo - Partes relacionadas	12	81.236	71.858
Empréstimos e financiamentos	11	124.042	131.017
Provisão para manutenção e conserva	13	260	
		<u>205.538</u>	<u>202.875</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	14	126.756	126.756
Prejuízos acumulados	-	(70.702)	(56.265)
		<u>56.054</u>	<u>70.491</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>276.490</u></u>	<u><u>284.586</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita líquida	15	48.095	42.791
Custo dos serviços	16	(30.626)	(25.219)
Lucro bruto		<u>17.469</u>	<u>17.572</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17	(8.758)	(7.589)
Outras receitas	-	1	1
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		<u>8.712</u>	<u>9.984</u>
Receitas financeiras	18	1.956	2.685
Despesas financeiras	18	(23.071)	(26.073)
Resultado financeiro, líquido		<u>(21.115)</u>	<u>(23.388)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(12.403)</u>	<u>(13.404)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19 (b)	(2.034)	(2.019)
Prejuízo do exercício		<u>(14.437)</u>	<u>(15.423)</u>
Prejuízo básico por ação no fim do exercício - R\$	14 (b)	(0,10)	(0,11)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízo do exercício	(14.437)	(15.423)
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(14.437)</u></u>	<u><u>(15.423)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2016	126.756	(40.842)	85.914
Prejuízo do exercício	-	(15.423)	(15.423)
Em 31 de dezembro de 2016	<u>126.756</u>	<u>(56.265)</u>	<u>70.491</u>
Prejuízo do exercício	-	(14.437)	(14.437)
Em 31 de dezembro de 2017	<u><u>126.756</u></u>	<u><u>(70.702)</u></u>	<u><u>56.054</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.403)	(13.404)
Ajustes		
Margem de construção	(18)	(7)
Depreciação e amortização	9.545	9.519
Juros e variações monetárias líquidas	22.753	25.731
Provisão para manutenção e conserva	1.796	
	<u>21.673</u>	<u>21.839</u>
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	40	(216)
Contas vinculadas	(147)	(554)
Tributos a recuperar	(431)	(512)
Outros ativos	(203)	(419)
Fornecedores	1.605	947
Obrigações sociais e trabalhistas	(6)	(71)
Tributos a recolher	113	52
Outros passivos	(282)	327
Caixa gerado nas operações	<u>22.362</u>	<u>21.393</u>
Juros pagos sobre empréstimos	(11.941)	(12.409)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>10.421</u>	<u>8.984</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao intangível	(4.770)	(2.670)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(4.770)</u>	<u>(2.670)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(7.873)	(7.121)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(7.873)</u>	<u>(7.121)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.222)</u>	<u>(807)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.991	17.798
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.769	16.991
Variação de caixa do exercício	<u>(2.222)</u>	<u>(807)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As principais transações não caixa estão divulgadas na Nota 21.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco).

A extensão concedida é de 44 km, e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. O trecho de acesso à Ilha de Tatuoca, com extensão de 7,6 km, foi entregue pelo Poder Concedente em 22 de setembro de 2015.

A concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

O ano de 2017 foi um ano de relevantes desafios para as empresas no setor de infraestrutura, face ao cenário macroeconômico de baixo crescimento e necessidade de ajustes para se adaptarem ao cenário adverso. Desta forma, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 14.437 durante o exercício de 2017 (R\$ 15.423 em 2016) e, nessa data, os prejuízos acumulados totalizam R\$ 70.702 causados, principalmente, pela deterioração do cenário econômico e conseqüente redução no tráfego de veículos. A Administração tem tomado ações buscando minimizar seus gastos administrativos e a diversificação de novas receitas acessórias em sua faixa de domínio, bem como receberia (se necessário) todo suporte financeiro de seus acionistas controladores, minimizando assim o risco de continuidade operacional.

(a) Ações do Ministério Público, governança e compliance

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da operação “Lava Jato”, que investiga, principalmente, supostas práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo determinadas empresas, dentre elas, empresas do Grupo Invepar (acionista direta) e Grupo Odebrecht (acionista indireta).

Na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado; e (iv) não haja como determinar se será afetada pelos resultados da referida Operação e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras; a Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em alinhamento com seus acionistas, a Administração da Companhia vem adotando medidas necessárias para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui, em linhas gerais, desde 2014: (i) a implementação do Código de Conduta, já aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção. Complementarmente, implantou um plano anual de treinamentos das novas políticas e código de conduta e está revisando o código de conduta vigente para endereçar alterações na legislação brasileira e mudanças de procedimentos internos.

(b) Reequilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato de Concessão

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R\$ 0,054 (cinquenta e quatro milésimos de Real) – data-base setembro/2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi protocolado em 01 de novembro de 2017, o 3º Pleito de Reequilíbrio do Contrato, onde se busca um ajuste positivo de R\$ 0,02 na Tarifa Básica, além da reprogramação de investimentos.

(c) Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 07 de março de 2018.

2. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção da vida útil dos ativos imobilizado e intangível e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação da provisão para imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seu negócio no futuro ou que teria o aporte de recursos dos seus respectivos acionistas. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

(a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa para uso da administração, saldo de fundo de troco, reserva para caixas de praça de pedágios, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de valor.

(b) Ativos financeiros

(b.1) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(b.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, e compreendem caixa e equivalentes, contas vinculadas e contas a receber.

(b.3) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b.4) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas estimada de créditos de liquidação duvidosa.

(d) Imposto de renda e contribuição social diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia gerou lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

(e) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

(f) Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Ativos intangíveis

(g.1) Infraestrutura

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01 - “Contratos de Concessão”, item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público e a orientação OCPC 5 desse mesmo Comitê (OCPC 5).

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

O reconhecimento dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que podem vir a afetar os saldos registrados.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada a partir da data em que encontrar-se disponível para ser utilizado nas operações da Companhia.

A amortização do ativo intangível é realizada pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão. Na avaliação da Administração é a metodologia que melhor reflete a operação e o contrato de concessão.

(g.2) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 9.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(g.3) Estudos e projetos

Os estudos e projetos para desenvolvimento de concessões são capitalizados e amortizados apenas após a fase de pesquisa ser concluída, nos termos no CPC 04 - “Ativo Intangível”, adotando o método linear de amortização, pelo prazo da concessão (35 anos).

(g.4) Adiantamento a fornecedores

Os valores pagos a título de adiantamento aos fornecedores são avaliados ao custo e estão previstos no contrato de execução de obras civis firmado junto às construtoras.

O montante de adiantamento é realizado de acordo com a execução das obras e deduzido dos pagamentos das parcelas mensais posteriores.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

(i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(j) Provisão para manutenção e conserva

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato de concessão, ao longo de todo o período da concessão.

A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

(k) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(m) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

(n) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas levando em consideração as especificações da prestação de serviço.

(n.1) Receita de pedágios

As receitas provenientes de pedágios são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(n.2) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo acrescido da margem. A receita é reconhecida pela margem anual de 1,00% sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reconheceu imposto de renda (IR) e contribuição social diferidos (CSL). Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota 19.

(b) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia estimou como base para amortização dos bens intangíveis originados do contrato de concessão, um modelo linear em virtude da insuficiência de subsídios identificáveis as circunstâncias econômicas e operacionais de sua infraestrutura.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, limitado ao prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

(d) Margem de construções

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro estimada pela Administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela Companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas vinculadas, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

A Companhia adota procedimento de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e de mercado financeiro que buscam minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e patrimônio.

c) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A Administração adotou medidas para suprir uma eventual insuficiência de capital de giro através da contratação de financiamento de longo prazo e contratação de mútuo de longo prazo junto aos acionistas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia que são liquidados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Até um ano	Um a cinco anos	Maior que cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	3.316	-	-	3.316
Partes relacionadas	-	-	81.236	81.236
Empréstimos e financiamentos - principal	8.103	41.829	82.213	132.145
Empréstimos e financiamentos - juros provisionados	483	-	-	483
Empréstimos e financiamentos - juros previstos	12.744	42.422	22.482	77.648
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	1.535	-	-	1.535
Partes relacionadas	-	-	71.858	71.858
Empréstimos e financiamentos - principal	7.543	46.206	84.811	138.560
Empréstimos e financiamentos - juros provisionados	507	-	-	507
Empréstimos e financiamentos - juros previstos	11.614	50.927	22.010	84.551

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

f) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, os empréstimos e financiamentos da Companhia às taxas variáveis eram exclusivamente mantidos em reais.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de partes relacionadas somada com empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e contas vinculadas. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	2017	2016
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 11)	132.628	139.067
Total de mútuo - partes relacionadas (Nota 12)	81.236	71.858
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(14.769)	(16.991)
Contas vinculadas (Nota 7)	(5.082)	(4.935)
Dívida líquida	194.013	188.999
Total do patrimônio líquido	56.054	70.491
Total do capital	250.067	259.490
Índice de alavancagem financeira - %	78	73

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	
	2017	2016
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	14.769	16.991
Contas a receber	1.550	1.590
Contas vinculadas	5.082	4.935
	21.401	23.516
Outros passivos financeiros		
	2017	2016
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos e financiamentos	132.628	139.067
Mútuos - partes relacionadas	81.236	71.858
Fornecedores	3.316	1.535
	217.180	212.460

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa de operação (i)	953	841
Fundo de troco e Fundo fixo	55	54
Bancos conta movimento	10	38
Aplicação financeira de liquidez imediata (ii)	13.751	16.058
	14.769	16.991

(i) Referem-se ao caixa oriundo da operação mantido no cofre da Companhia.

(ii) Referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), compromissadas e fundos de investimentos, remunerados a taxas que variam entre 99,6% e 102,2% (2016 – 99,0% a 101,0%) do CDI. Os prazos de resgate variam entre um a dois anos e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Contas vinculadas

Em consonância com o contrato de financiamento de longo prazo firmado junto ao BNDES (“Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”), as contas bancárias de titularidade da Companhia, abertas junto ao Banco Arrecadador (Banco Bradesco S.A.), movimentável única e exclusivamente pelo banco arrecadador, no que se refere as receitas oriundas da operação. A conta centralizadora, constituída para arrecadação dos direitos cedidos, transfere 60% do seu saldo diário para a Conta de Operação exclusivamente para o pagamento das despesas operacionais da Companhia e 40% do saldo diário verificado na conta centralizadora transfere para a conta garantia, para formação da conta reserva prevista no contrato firmado junto ao BNDES. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo é de R\$ 5.082 (2016 - R\$ 4.935).

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Contas a receber

	2017	2016
Pedágio eletrônico	1.440	1.510
Vale pedágio	110	80
	1.550	1.590

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

9. Intangível

	Outros intangíveis						Total
	Intangível de infraestrutura (a)	Estudos e projetos	Sistema de arrecadação e de tráfego	Instalações	Outros (b)	Adiantamentos a fornecedores (c)	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	240.119	3.433	3.698	4.944	6.581	362	259.137
Aquisições	482	8	14	31	2.142		2.677
Amortização	(8.166)	(107)	(463)	(214)	(521)		(9.471)
Saldo contábil	232.435	3.334	3.249	4.761	8.202	362	252.343
Custo	256.318	3.913	4.623	5.352	9.993	362	280.561
Amortização acumulada	(23.883)	(579)	(1.374)	(591)	(1.791)		(28.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	232.435	3.334	3.249	4.761	8.202	362	252.343
Aquisições	991		474	123	3.376		4.964
Amortização	(8.082)	(107)	(471)	(216)	(661)		(9.537)
Saldo contábil	225.344	3.227	3.252	4.668	10.917	362	247.770
Custo	257.309	3.913	5.097	5.475	13.369	362	285.525
Amortização acumulada	(31.965)	(686)	(1.845)	(807)	(2.452)		(37.755)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	225.344	3.227	3.252	4.668	10.917	362	247.770

a) Intangível de infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a Infraestrutura da concessão.

O cálculo da parcela mensal sobre a vida útil dos bens, é reconhecida no resultado, como amortização, sendo seu valor calculado pelo método linear, a qual está limitada ao prazo da concessão ou a própria vida útil do ativo, quando menor que o prazo da concessão.

O montante do custo está registrado considerando uma margem de construção de 1%, conforme orientações contidas no ICPC 01.

b) Outros intangíveis

	2017	2016
Máquinas e equipamentos	1.882	2.125
Softwares	1.696	1.683
Intangível em curso (i)	6.101	2.995
Sistemas de telecomunicações	784	799
Computadores e periféricos	154	262
Móveis e utensílios	292	328
Veículos	8	10
	10.917	8.202

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Investimentos realizados visando a extensão da vida útil dos bens envolvidos, devido à necessidade de correções técnicas do projeto inicial da rodovia sobre os trechos construídos pelo e, posteriormente recebidos do Poder Concedente. Estes itens serão considerados nos futuros pleitos de re-equilíbrio econômico conforme atualmente previsto no contrato de concessão.

c) Adiantamento a fornecedores

O contrato de execução de obras civis assinado pela Companhia em 29 de julho de 2011, junto à Construtora Norberto Odebrecht (“CNO”) e à Construtora OAS S.A. (“OAS”), prevê em cláusula específica o adiantamento de pagamento correspondente ao percentual do preço global para execução dos serviços.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 362 (2016 – R\$ 362) registrado na rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” reflete o montante pago a título de adiantamento, sendo R\$ 181 do fornecedor CNO e R\$ 181 do fornecedor OAS (Nota 12).

10. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos fornecedores, no montante de R\$ 3.316 (2016 - R\$ 1.535) é representado, substancialmente, pela prestação de serviços para a manutenção rotineira e operação da rodovia.

11. Empréstimos e financiamentos

A composição das liberações das operações de empréstimos e financiamentos está apresentada da seguinte forma:

	Liberação	Principal	Vencimento	Encargos (% a.a.)	2017	2016
BNDES - FINEM (a)	fev/14	92.400	dez/27	TJLP + 2,87	79.891	83.845
BNDES - FINEM (a)	fev/14	39.600	dez/27	TJLP + 3,87	34.620	36.219
BNDES - FINEM (a)	jun/15	706	dez/27	TJLP	622	660
BNDES - FINEM (a)	dez/15	5.577	dez/27	TJLP + 3,87	5.273	5.516
BNDES - FINEM (a)	dez/15	13.012	dez/27	TJLP + 2,87	12.222	12.827
					132.628	139.067
(-) Passivo circulante						
Empréstimos e financiamentos					8.586	8.050
					8.586	8.050
Passivo não circulante						
Empréstimos e financiamentos					124.042	131.017
					124.042	131.017
					132.628	139.067

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Em fevereiro de 2014, a Companhia contratou financiamento de longo prazo junto ao BNDES - Finem, no montante de R\$ 180.538. Deste montante, o valor de R\$ 132.000 foi liberado em duas tranches, uma de R\$ 92.400 (tranche A) e outra de R\$ 39.600 (tranche B). Em março de 2015, foram excluídas as tranches “D” e “E”, no valor de R\$ 13.400, ajustando o valor do Contrato para R\$ 167.138. Em junho de 2015, foi liberado mais uma tranche de R\$ 706. Em dezembro de 2015, foram liberados montantes das tranches A e B nos valores de R\$ 13.012 e R\$ 5.577, respectivamente. A disponibilização do saldo restante (R\$ 15.843) está condicionada à realização, e respectiva comprovação, de novos investimentos por parte da Companhia.

(i) Movimentação de empréstimos

Saldo em 1º de janeiro de 2016	144.160
Encargos financeiros	14.437
(-) Amortização do principal	(7.121)
(-) Juros pagos	(12.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	139.067
Encargos financeiros	13.375
(-) Amortização do principal	(7.873)
(-) Juros pagos	(11.941)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	132.628

(ii) Garantias

O financiamento de longo prazo junto ao BNDES – FINEM, é suportado através de fiança corporativa; de um contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, administração de contas e outras avenças; e de um contrato de penhor de ações firmado entre o BNDES, a Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”), a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar”), acionistas da Companhia e a Companhia.

(iii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais se aproxima ao seu valor contábil.

(iv) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

O *Completion* financeiro ocorrerá por meio do cumprimento cumulativo do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), conforme metodologia de cálculo constante no contrato de financiamento, e do Índice “Patrimônio Líquido” / “Ativo Total”, ambos considerando o período de 24 meses de amortização de principal e juros da dívida. Até o atingimento do *Completion*, os financiamentos são suportados por fiança corporativa de ambos acionistas na proporção de suas participações acionárias.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Partes relacionadas

	2017	2016
Ativo		
Adiantamento a fornecedores (Nota 9 (c))	362	362
Passivo		
Mútuo - Partes relacionadas (i)	81.236	71.858
Resultado		
Juros sobre mútuo (i)	9.378	11.294

- (i) Em 9 de junho de 2015, a Companhia contratou mútuo no valor de R\$ 55.000, sendo R\$ 27.500 contratado da OTP e R\$ 27.500 da Invepar, o qual está sendo atualizado pelo percentual de 130% do CDI. A “Carta nº 69/2015”, emitida pelo BNDES, concedeu anuência para que a Companhia contraísse mútuo com seus acionistas, visando o pagamento das notas promissórias preexistentes. O prazo de pagamento original da operação, com renovação automática e mensal até 10 de dezembro de 2015, foi alterado para 15 de janeiro de 2029, conforme 1º Aditivo celebrado em 9 de dezembro de 2015.

O saldo devedor poderá ser liquidado por meio de endividamentos de longo prazo, previamente autorizados pelo BNDES, ou de geração de caixa excedente do próprio projeto. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da dívida é de R\$ 81.236 (2016 - R\$ 71.858).

a) Honorários da administração

A remuneração total paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$ 1.410 (2016 - R\$ 1.514), conforme Nota 18.

13. Provisão para manutenção e conserva

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o saldo total de R\$ 1.796 referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura, sendo R\$ 1.536 no passivo circulante e R\$ 260 no passivo não circulante. A provisão foi constituída considerando as manutenções previstas no contrato de concessão para o período em que se faz necessário a aplicação de tais manutenções para cada um dos trechos, descontados a valor presente de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão. As referidas provisões são consideradas suficientes pela Administração e por sua Engenharia no intuito de suprir as devidas manutenções futuras.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	Capital social	Participação (%)
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A.	70.719.454	63.378	50%
Odebrecht Rodovias S.A.	70.719.454	63.378	50%
	141.438.908	126.756	100%

b) Prejuízo por ação básico

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía outros instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	2017	2016
Prejuízo do exercício	(14.437)	(15.423)
Média ponderada de ações (em milhares)	141.439	141.439
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais)	(0,10)	(0,11)

15. Receita líquida

	2017	2016
Receita de construção - ICPC 01 (i)	1.858	656
Receita de operação		
Receita de pedágio (ii)	49.876	45.590
Receita acessória (iii)	794	584
	50.670	46.174
Receita total	52.528	46.830
(-) Impostos sobre receita	(4.433)	(4.039)
	48.095	42.791

- (i) A Companhia reconheceu receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 - contratos de concessão.

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, somado 1% de margem.

	2017	2016
Receita de obra de infraestrutura	1.858	656
Custos de construção	(1.840)	(649)
Lucro	18	7

- (ii) Refere-se à receita oriunda da arrecadação das cinco praças de pedágio ao longo da rodovia.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Receita alternativa ou complementar de permissão de uso da faixa de domínio (dutos, publicidade, torres de transmissão, posto de combustível), cuja finalidade é favorecer a modicidade tarifária, nos termos do Contrato de Concessão.

16. Custos dos serviços

	2017	2016
Custos operacionais		
Custo com pessoal	(6.397)	(5.843)
Custo com serviços de terceiros	(6.865)	(6.418)
Custo com material, equipamentos e veículos	(1.795)	(1.240)
Amortização do intangível	(9.537)	(9.472)
Provisão para manutenção e conserva	(1.796)	
Outros custos	(2.396)	(1.597)
	(28.786)	(24.570)
Custos de infraestrutura (i)		
Custo de construção ICPC01	(1.840)	(649)
	(1.840)	(649)
	(30.626)	(25.219)

- (i) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

17. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Despesas com pessoal	(2.895)	(3.403)
Honorários da administração	(1.410)	(1.514)
Serviços de assessoria e consultoria (i)	(3.003)	(1.652)
Gastos gerais administrativos	(1.424)	(904)
Depreciação	(8)	(47)
Outras despesas	(18)	(69)
	(8.758)	(7.589)

- (i) A principal variação, em relação ao mesmo período do ano anterior, refere-se aos estudos de engenharia para revisão das condições da rodovia, incluindo pavimento e obras de arte especial.

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Resultado financeiro, líquido

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.375)	(14.437)
Juros sobre contrato de mútuo	(9.378)	(11.294)
Comissões e despesas bancárias	(169)	(177)
Outras despesas financeiras	(149)	(165)
	(23.071)	(26.073)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	1.954	2.682
Outras receitas financeiras	2	3
	1.956	2.685
	(21.115)	(23.388)

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social ativos e passivos diferidos

	2017	2016
Ativo - não circulante		
Tributo diferido sobre prejuízo fiscal acumulado	3.924	3.924
Amortização despesas diferidas	1.458	3.517
Outras diferenças temporárias	236	236
	5.618	7.677
Passivo - não circulante		
Tributo diferido sobre a margem de construção	(786)	(811)
Tributo diferido líquido		
Tributo diferido ativo (i)	5.618	7.677
Tributo diferido passivo	(786)	(811)
Total de IR e CSLL diferidos	4.832	6.866

- (i) Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Tributo diferido ativo a ser recuperado	2017	2016
2022	281	77
2023	602	412
2024	975	800
2025	1.466	1.305
2026	2.111	1.964
2027	183	2.705
2028		414
	5.618	7.677

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado sobre prejuízo fiscal

	2017	2016
Prejuízo do período antes do imposto de renda e contribuição social	(12.403)	(13.404)
Adições		
Adições permanentes	17	16
Outras adições	1.715	28
Base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social	(10.671)	(13.360)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (34%)	3.628	4.542
Crédito não reconhecido sobre prejuízo fiscal	(5.662)	(6.561)
Total de IR e CSLL diferidos	(2.034)	(2.019)

20. Contingência

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, com discussão em esfera judicial.

A Administração, baseada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas decorrentes desse processo em virtude de não ser provável a ocorrência de uma saída de recursos financeiros. Em 31 de dezembro de 2017 o montante de ações considerável como possível perda pelos assessores jurídicos externos é de R\$ 1.443 (2016 R\$ 631).

Fora da esfera judicial, em 25/08/2017, a Companhia foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de Notificação Inicial de Procedimento Arbitral, instaurado pela CNO e OAS (em recuperação judicial). As requerentes compuseram o Consórcio Construtor Expressway, responsável por parte das obras de adequação e construção da rodovia concessionada e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 11 de setembro a Companhia apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que irá apresentar pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor. Em 30 de outubro as partes indicaram seus respectivos árbitros, havendo a expectativa de assinatura do Termo de Arbitragem no primeiro trimestre de 2018, quando se iniciaria o prazo para as alegações iniciais das requerentes e posteriormente da Companhia. Como ainda não foram apresentadas as razões alegadas e existem pleitos a serem postulados pela própria Companhia, a Administração entende não haver, no momento, parâmetros para mensuração de resultados.

21. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa no exercício. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2017
Fornecedores	(176)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(176)
Aquisição de ativo intangível	176
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	176

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos, os quais não foram escopo de análise por nossos auditores independentes.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: (i) Seguros de riscos operacionais; (ii) Seguro garantia de execução; (iii) Seguro de responsabilidade civil de operações e (iv) Seguro de responsabilidade civil de obras; (v) Seguro fiança locatícia.

Não é parte do escopo do auditor independente avaliação da adequação as coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia.

Até 31 de dezembro de 2017, foram contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil geral	HDI Global Seguros	junho de 2018	60.000
Seguro garantia de execução	Fator Seguradora	dezembro de 2018	32.746
Risco operacional	XL Seguros	dezembro de 2018	180.829
Seguro fiança locatícia	Pottencial Seguradora	agosto de 2018	6
Seguro D e O	AXA Seguros	junho de 2018	20.000

23. Eventos subsequentes

Em outubro de 2017, o pleito da Companhia, referente ao benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), foi analisado e previamente aceito. A etapa de vistoria técnica foi realizada em 23 de janeiro de 2018. Em 19 de fevereiro de 2018 foi emitido pela Sudene o laudo constitutivo aprovando o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda da Companhia.

Em 09 de janeiro de 2017, foram cancelados os saldos remanescentes de R\$ 15.843 das tranches “A”, “B” e “C” relativas ao contrato de FINEM junto ao BNDES.

* * *



© 2018 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados.
"Grant Thornton" é referência à marca pela qual as firmas membro Grant Thornton prestam serviços de auditoria, impostos e consultoria à seus clientes e/ou refere-se à uma ou mais firmas membro, conforme o caso. Grant Thornton International Ltd (GTIL) e as firmas membro não constituem uma sociedade mundial. A GTIL e cada firma membro é uma entidade legal separada. Serviços são prestados pelas firmas membro. A GTIL não presta serviços à clientes. A GTIL e suas firmas membro não são agentes um dos outros e não se responsabilizam por atos ou omissões um dos outros.